



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6349/2024-23
(COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)**

EDITAL

OBJETO: Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento com instalação, de toldos em policarbonato alveolar, toldo cortina tipo rolo e calhas em alumínio, a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

IMPORTANTE:

- **Data da Sessão Pública:**

Dia: 08/10/2024 às 10:00 h (horário de Brasília)

- **Valor total estimado da Contratação:**

Item 01 - R\$ 20.605.500,00

Item 02 - R\$ 5.309.550,00

Item 03 - R\$ 1.769.850,00

Item 04 - R\$ 29.490.300,00

- **Critério de Julgamento:**

Menor preço por item

- **Modo de disputa:**

Aberto e fechado

- **Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim, somente para o Item 03.

- **Formalização de Consultas:**

E-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

Fones: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540

- **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I

ITEM ASSUNTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
6. REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM ASSUNTO

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9. DA FASE DE JULGAMENTO
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15. DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

- 2.1. **Anexo I** – Termo de Referência;
- 2.2. **Anexo II** – Relação dos documentos de habilitação;
- 2.3. **Anexo III** – Modelo de Proposta Comercial;
- 2.4. **Anexo IV** – Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal nº 14133/2021;
- 2.5. **Anexo V** – Modelo de Declaração para fins de cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência ou para aprendiz;
- 2.6. **Anexo VI** – Modelo de Declaração atestando que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
- 2.7. **Anexo VII** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 2.8. **Anexo VIII** - Locais de Entrega dos Produtos;
- 2.9. **Anexo IX** – Instrumento de Constituição de Consórcio;
- 2.10. **Anexo X** – Termo de Compromisso de Consórcio.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18018/2024

SEÇÃO I

O MUNICÍPIO DE SANTOS, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, e por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso as informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Santos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a **Plataforma “BLL Compras” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com)**.

1.3. Para fins de participação na licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, com valor total até R\$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

LICITAV – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

3.1. A descrição do item orçamentário será indicada no momento da formalização na Ata de Registro de Preços.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação e ao pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de Licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1. O interessado em participar do certame deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

7.2. Para fins do disposto no artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, fica a participação nos lotes das cotas exclusivas (inciso I) ou reservadas (inciso III) limitada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como às Cooperativas de Consumo (COOP), equiparadas nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

7.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos e atas com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)**, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **[Lei Complementar Federal nº 123/2006](#)** e do Decreto Federal nº 8.538/2015.

7.3. Em se tratando de consórcio, a participação de empresas fica condicionada, além das exigências gerais contidas neste Edital e das disposições da Lei Federal nº 14133/2021, ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a)** poderão participar desta Licitação as empresas em consórcio já constituído ou que tenham se obrigado a constituí-lo, através de Termo de Compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio (ANEXOS VIII e IX do Edital);
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração Pública;
- c)** cada empresa consorciada deverá apresentar a totalidade dos documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo certo que a inabilitação de uma das empresas inabilita o consórcio;
- d)** as empresas reunidas em um consórcio ficarão impedidas de participar desta Licitação integrando outro consórcio, ou de se apresentar isoladamente;
- e)** os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Licitação quanto na de execução da Ata de Registro de Preços;
- f)** para fins de aferição da qualificação econômico-financeira do consórcio, admite-se a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, acrescida de 30 % (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira;

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

g) o acréscimo previsto na letra “f” deste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei;

h) no caso do consórcio formado nos termos deste Edital sagrar-se vencedor deste procedimento licitatório e, ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” acima;

i) eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a Ata de Registro de Preços.

7.4. Não poderão participar nesta Licitação:

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

7.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Licitação, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

7.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

7.6. O impedimento de que trata o item 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.7. A critério da Administração Pública e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.9. O disposto nos itens 7.4.2 e 7.4.3. não impede a Licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

7.11. A vedação de que trata o item 7.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o Edital, com o auxílio dos setores técnicos competentes;
- b) determinar a abertura da sessão pública e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;
- c) analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos previstos no Edital;
- d) promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

previr automaticamente;

e) processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de Licitação e com o sistema utilizado;

f) promover o exercício do direito de preferência afeto às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso;

g) negociar o valor do menor preço obtido ou condições mais vantajosas para a Administração Pública;

h) decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;

i) promover a habilitação;

j) recepcionar, analisar e se manifestar com relação aos recursos interpostos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não reforme a decisão recorrida;

k) elaborar Ata da sessão pública com o auxílio eletrônico;

l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para a homologação.

– CREDENCIAMENTO –

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site **bllcompras.com**.

8.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

– PARTICIPAÇÃO –

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.7.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.7.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br.

8.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital de Licitação.

8.10. A falsidade da declaração de que trata o item 8.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

8.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

8.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 8.13 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da Licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.

- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.17. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.17.1. valor unitário do item;

8.17.2. Marca/Modelo;

8.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só será permitida alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

- DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

8.21. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.22. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.22.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.23. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.25. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.26. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

8.26.1. Não há possibilidade de prever preços diferentes.

8.26.2. Não há possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

8.27. Será possível registrar o preço de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

- DA ETAPA DE LANCES

8.28. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.29. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.30. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

- 8.31.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 05 (cinco) segundos*.
- 8.32.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.33.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.34.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.35.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.36.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.37.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.38.** Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 e a Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.39.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.40.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.41.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 8.42.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.44. Em caso de eventual empate entre as propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto Federal nº 11.430/2023](#))

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.44.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187/2009](#).

8.44.2 As regras previstas no item 8.44 não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006](#).

8.45. Nesse procedimento será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

- MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

8.46. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

8.46.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.46.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.46.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.46.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração Pública.

9.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

9.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#) e no item 7.3.4 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portal-transparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Relação de apenados publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.7.1.** contiver vícios insanáveis;
- 9.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- 9.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.8, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 9.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 9.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração Pública, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Anexo II do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da Licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

10.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 10.4.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da Licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

11.3. Quando o recurso apresentado referir-se ao julgamento das propostas ou ao ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Fornecedora, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.1.2. A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

12.1.3. No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.1, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.4. No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea “d” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.5. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

12.2. A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial da Ata.

12.3. A Fornecedora ficará sujeita às seguintes multas:

- a) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

- b)** 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;
- c)** 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

12.5. A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

12.6. A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

12.7. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total do Contrato/Ata;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado o Contrato/Ata ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Licitação sem motivo justificado;

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar Federal nº 123/2006):

12.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a Licitação ou a execução do Contrato/Ata;

II - fraude na Licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Licitação;

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

V – prática de ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA

13.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.

13.2. No caso de consórcio sagrar-se vencedor e ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” do item 7.3 deste Edital.

13.3. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura da Ata, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

13.4. A recusa injustificada à assinatura da Ata, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da Ata e, ainda, à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

13.4.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VII).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Pública.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos **bilcompras.com** e <http://www.santos.sp.gov.br/licitasantos/>.

Santos, 23 de setembro de 2024.

CRISTINA ABREU DA ROCHA BARLETTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18018/2024

Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento com instalação, de toldos em policarbonato alveolar, toldo cortina tipo rolo e calhas em alumínio, a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS, conforme descrição, conforme as especificações a seguir:

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
01	ESPECIFICAÇÃO: TOLDO EM POLICARBONATO ALVEOLAR. Estrutura em alumínio, perfil tubular 2" x 1" com espessura mínima de 2 mm e arcos com vãos de aproximadamente 90 cm. Cantoneira de 2" x 1/8 com acabamento em cantoneira de 1" x 1/16. Cinta para fixação do policarbonato em barra chata de 2" x 1/8. Chapas em policarbonato alveolar com espessura de 10 mm com tecnologia antifúngica, anti UV (ultravioleta) e antichama. Fixação com parafusos autobracantes. Vedação na parede em silicone e manta. Rufos em chapas de alumínio 20 (1 mm). Cores da estrutura e do policarbonato a serem definidas na época de cada solicitação. Fornecimento de andaime ou cordista quando necessários.	M²	24.100
(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
02	ESPECIFICAÇÃO: CORTINA TIPO ROLO. Estrutura de alumínio com pintura eletrostática branca no perfil. Tubo enrolador redondo de 3" com parede de 1,65 mm. Perfil de 1 1/2" com parede de 2 mm como contra peso. Redutor de acionamento de latão com pintura eletrostática branca de 1.16. Lona de PVC com proteção antichama e gramatura de 650 g/m ² .	M²	12.825
COTA RESERVADA PARA ME – EPP - COOP			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
03	ESPECIFICAÇÃO: CORTINA TIPO ROLO. Estrutura de alumínio com pintura eletrostática branca no perfil. Tubo enrolador redondo de 3" com parede de 1,65 mm. Perfil de 1 1/2" com parede de 2 mm como contra peso. Redutor de acionamento de latão com pintura eletrostática branca de 1.16. Lona de PVC com proteção antichama e gramatura de 650 g/m ² .	M²	4.275

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
04	ESPECIFICAÇÃO: CALHAS. Produzidas em chapas de alumínio de 1,00 mm, com desenvolvimento de 0,60 cm, pintura em esmalte sintético, com fechamento na face superior em tela de alumínio tipo mosqueteira. Cores a serem definidas na época de cada solicitação. Condutores em PVC de 3” com distanciamento de 3,00 m.	M	65.100

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS e gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação – SEDUC.

1.2. O fornecimento do objeto desta licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

1.3. Nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultada a realização de Licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. As detentoras que assinarem a Ata de Registro de Preços ficam obrigadas a atenderem todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

1.5. O prazo para o atendimento do pedido de cada entrega será de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por escrito, que deverá ser providenciada pela SEEC/SEDUC, ou pela SEEC/SEDS e de acordo com as quantidades determinadas pela unidade administrativa gerenciadora da Ata.

1.6. Os produtos deverão ser entregues e instalados nos locais e horários determinados conforme ANEXO VIII deste Edital.

2. DA GARANTIA

2.1. Os produtos ofertados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, para eventuais defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo.

3. DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

3.1. O produto será recebido:

3.1.1. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

com a especificação, nos termos do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14133/2021.

3.1.2. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 140, II, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

4. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

4.1. Após cada entrega a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

4.2. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias fora o decêndio, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de um ano a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

5.2 A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

5.3. Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

6.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

6.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3. O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.1.3.1. No caso de consórcio, além dos documentos de cada consorciado, exigidos neste Anexo, deverá ser apresentado termo de compromisso, público ou privado, de constituição de consórcio ou termo de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, conforme modelos constantes dos **Anexos VIII e IX respectivamente deste Edital**, do qual deverá constar:

a) indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária;

b) indicação da empresa líder, que representará o consórcio perante o MUNICÍPIO no decorrer do procedimento licitatório, podendo inclusive assumir obrigações perante as demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresa consorciadas;

c) declaração de que confere ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

1.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.1.5. Prova de inscrição no CNPJ.

1.1.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

1.1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.9. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos*, expedida nas páginas eletrônicas do **Tribunal Superior do Trabalho** (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011).

1.1.11. Declaração para fins do disposto no Artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo IV.

1.1.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Artigo 63, Inciso IV e do Artigo 116, da Lei Federal nº 14133/2021, Conforme Anexo V.

1.1.13. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14133/2021, Conforme Anexo VI.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1.14. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta Licitação.

1.1.14.1. Será admitida a apresentação de Certidão Positiva para a(s) licitante(s) em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste Edital.

1.1.15. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômica da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1.1.15.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que 1 (≥ 1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.1.15.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.1.15.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

1.1.15.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.1.15.5. Comprovação do cumprimento de um dos seguintes itens, cuja opção ficará a critério do licitante:

Item 01 - Capital mínimo de R\$ 2.060.550,00 (dois milhões sessenta mil e quinhentos e cinquenta reais), ou;

Item 01 - Patrimônio líquido mínimo de R\$ 2.060.550,00 (dois milhões sessenta mil e quinhentos e cinquenta reais);

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

Item 02 - Capital mínimo de R\$ 530.955,00 (quinhentos e trinta mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), ou;

Item 02 - Patrimônio líquido mínimo de R\$ 530.955,00 (quinhentos e trinta mil e novecentos e cinquenta e cinco reais);

Item 03 - Capital mínimo de 176.985,00 (cento e setenta e seis mil e novecentos e oitenta e cinco reais), ou;

Item 03 - Patrimônio líquido mínimo de 176.985,00 (cento e setenta e seis mil e novecentos e oitenta e cinco reais);

Item 04 - Capital mínimo de R\$ 2.949.030,00 (dois milhões novecentos e quarenta e nove mil e trinta reais), ou;

Item 04 - Patrimônio líquido mínimo de 2.949.030,00 (dois milhões novecentos e quarenta e nove mil e trinta reais);

1.1.15.5.1. No caso de consórcio, a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, deverá ter acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

1.1.15.5.2. Não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas o acréscimo previsto no item anterior.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta Licitação, exceção feita ao item 1.1.14 deste Anexo.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da Licitação e que executará a Ata.

4.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da Licitação, execute a futura Ata, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- a)** que o ato constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial;
- b)** que a licitante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO III - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6349/2024-23

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Pelo presente formulamos proposta comercial para Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento com instalação, de toldos em policarbonato alveolar, toldo cortina tipo rolo e calhas em alumínio, a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS, de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01						

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
02						

(COTA RESERVADA PARA ME – EPP COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
03						

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
04						

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

Valor Total Estimado da Proposta: R\$ (.....).

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Data:/.....2024

Assinatura do representante legal/carimbo

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO IV - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º
6349/2024-23

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

Decreto Federal nº 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (xx.xxx/2024)

....., inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a)
da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA, para fins
do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO V - Modelo

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º
6349/2024-23**

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 e art.116 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

(data)

(representante legal)

LICITAV – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO VI - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6349/2024-23

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no § 1º, do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(data)

(representante legal)

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 6349/2024-23

Pregão Eletrônico nº 18018/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTOS E VISANDO AO FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO, DE TOLDOS EM POLICARBONATO ALVEOLAR, TOLDO CORTINA TIPO ROLO E CALHAS EM ALUMÍNIO, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC, E NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTOS, doravante simplesmente denominado MUNICÍPIO, com sede na Praça Visconde de Mauá, s/nº, em Santos/SP, inscrito no CNPJ sob nº 58.200.015/0001-83, neste ato representado pelo **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato representado por seu titular, **Sra. CRISTINA ABREU DA ROCHA BARLETTA**, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do Decreto nº 9.329 de 14 de maio de 2021 e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominado simplesmente FORNECEDORA, neste ato representada por e por esta última, na forma de sua representação, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentara, conforme especificações contida no **Pregão Eletrônico nº 18018/2024, Processo Administrativo nº 6349/2024-23** do MUNICÍPIO, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, vêm assinar o presente instrumento, concordando com os termos e condições, pelos quais desde já se obriga:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, o REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento com instalação, de toldos em policarbonato alveolar, toldo cortina tipo rolo e calhas em alumínio, a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS, que deverá obedecer ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 18018/2024**, e à proposta apresentada pelo Fornecedor, que integra o presente como Anexo Único, e aos quais este instrumento fica vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição o Edital de Licitação e a proposta da Fornecedor

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A expiração do prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto desta Licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

PARAGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultada a realização de Licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS e gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação – SEDUC.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO: A FORNECEDORA, ao assinar a Ata de Registro de Preços, fica obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo para o atendimento do pedido de cada entrega será de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por escrito, que deverá ser providenciada pela SEEC/SEDUC, ou pela SEEC/SEDS e de acordo com as quantidades determinadas pela unidade administrativa gerenciadora da Ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os produtos deverão ser entregues e instalados nos locais e horários determinados conforme ANEXO VIII deste Edital.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO: Após cada entrega, a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias fora o decêndio, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS: Pelo fornecimento dos bens descritos na Cláusula Primeira, a Prefeitura pagará à Fornecedora os seguintes valores unitários:

COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada Anual	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1						

COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada Anual	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2						

COTA RESERVADA – PARA ME – EPP - COOP						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada Anual	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3						

COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada Anual	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4						

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 18018/2024**, bem como a proposta apresentada pela Fornecedora que as precederam e vinculam o presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos preços indicados nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: A FORNECEDORA obriga-se a:

- I. Executar fielmente o ajustado, fornecendo os produtos descritos na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento;
- II. Efetuar a entrega no local, prazo e condições estipulados na Cláusula Terceira a Quinta deste instrumento;
- III. Prover o adequado transporte dos produtos objeto da presente Ata;
- IV. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem falhas ou defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data da respectiva comunicação, por escrito, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido;
- V. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- VI. Arcar com as despesas de transportes, seguros, impostos, taxas e outras que eventualmente venham a recair sobre o objeto desta Ata, até o seu término;
- VII. Prestar à Administração Pública, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
- VIII. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução da Ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social

LICITAV – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133/2021](#));

IX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: O Município obriga-se a:

I. Disponibilizar local adequado para o recebimento e guarda dos materiais;

II. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da presente Ata;

III. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com a entrega efetuada, quando em conformidade com a presente Ata de Registro de Preços, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

IV. Fiscalizar e inspecionar a entrega dos produtos verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado;

V. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Fornecedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Fornecedora, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nos incisos “I”, “II” e “III” do caput, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista no inciso “IV” do caput, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

PARÁGRAFO QUINTO: Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial da Ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Fornecedora ficará sujeita às seguintes multas:

I) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

II) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;

III) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

PARÁGRAFO OITAVO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

PARÁGRAFO NONO: A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total da Ata de Registro de Preços;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado a Ata ou não for entregue a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Licitação sem motivo justificado;

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar Federal nº 123/2006):

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato/Ata;

II - fraude na Licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III - deixar, injustificadamente, de assinar a Ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;

IV - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

A fiscalização desta Ata será exercida pelo Assessor Técnico, Sr. Paulo Oshiro – Registro nº 35.980-2, da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, e o gerenciamento será exercido pela Chefe da SALOM/DEAFIN, Sra. Katiuscia Betoni dos Santos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO: O produto será recebido:

I. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14133/2021.

II. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 140, I, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA: Os produtos propostos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, para eventuais defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução desta Ata e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim de pleno acordo assinam presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 18018/2024, na presença de duas testemunhas que são para que surtam os efeitos legais, pelo que eu, o digitei, dato e assino.

Santos, ____ de _____ de 2024.

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

FORNECEDORA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO VIII

LOCAIS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS

Modalidade	UNIDADES MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO	ENDEREÇO	CEP	BAIRRO	TELEFONE
Fundamental	Andradas II, Dos	Av. Sen. César Lacerda Vergueiro, 45	11030-220	Ponta da Praia	3227 4494
Fundamental	Antonio Demóstenes de Souza Britto, Prof	Rua Voluntários Santistas, s/n	11055-904	Boqueirão	3233-2447
Fundamental	Auxiliadora da Instrução	Pça. Rubens Ferreira Martins, 08	11020-100	Macuco	3227-2823
Fundamental	Avelino da Paz Vieira, Prof	Rua Sete de Setembro, 22	11013-350	Vila Nova	3232-6385
Fundamental	Ayrton Senna da Silva	Av. Sen. Pinheiro Machado, 617	11075-002	Campo Grande	3252-3732
Fundamental	Barão do Rio Branco	Rua Visconde de Cayrú, 217	11075-701	Campo Grande	3237-6960
Fundamental	Cidade de Santos	Av. Sen. Dantas, 410	11210-115	Embaré	3231-1212
Fundamental	Dino Bueno, Dr.	Rua Cunha Moreira, 134	11050-241	Encruzilhada	3232-9757
Fundamental	Edméa Ladevig	Rua Bahia, 49	11060-451	Gonzaga	3284-5905
Fundamental	Emília Maria Reis, Profª	Rua Pedro I, s/n	11075-550	Vila Belmiro	3237-7106
Fundamental	Esmeraldo Tarquínio, Prefeito	Rua Dr. Alderico Monteiro Soares, s/nº	11090-190	Bom Retiro	3299-3836
Fundamental	Fernando Costa, Dr.	Rua Luiz Di Renzo, 105	11085-650	São Jorge	3203-2983
Fundamental	Florestan Fernandes, Prof	Rua Oswaldo Cochrane, 91	11040-111	Embaré	3227-2120
Fundamental	Gota de Leite	Rua Xavier Pinheiro, 217	11015-010	Encruzilhada	3235-1695
Fundamental	João Papa Sobrinho, Prof	Rua Goiás, 145	11050-101	Gonzaga	3222-2201
Fundamental	José Bonifácio	Av. Conselheiro Nébias, 219	11015-003	Vila Nova	3232-3425
Fundamental	José Genésio, Irmão	Rua Pedro Borges Gonçalves, 106	11065-300	Morro José Menino	3237-6966
Fundamental	Leonardo Nunes, Padre	Av. Afonso Schmidt, 610	11087-000	Areia Branca	3299-1143
Fundamental	Lourdes Ortiz	Rua Ricardo Pinto, 129	11035-171	Aparecida	3236-9989
Fundamental	Lúcio Floro, Padre	R. Dr. Carlos Alberto Curado, 2287	11065-710	Morro José Menino	3225-6146
Fundamental	Maria de Lourdes Borges Bernal, Profª	Rua Arthur Parsloe, 52	11087-460	Castelo	3203-3613
Fundamental	Maria Luiza Alonso Silva, Profª	Pça. Engenheiro José Rebouças, s/n	11030-000	Ponta da Praia	3261-4907
Fundamental	Mário de Almeida Alcântara, Prof	Rua Mansueto Pieroti, 75	11010-270	Chinês (Valongo)	3219-3475
Fundamental	Martins Fontes	Estrada João Batista, s/n	11081-200	Morro Penha	3296-1059
Fundamental	Olavo Bilac	Rua Carvalho de Mendonça, 601	11070-102	Campo Grande	3239-3014
Fundamental	Pedro II	Av. Professor Aristóteles Menezes, 41	11035-030	Ponta da Praia	3261-1181
Fundamental	Ricardo Sampaio, Ju- doca	Rua Xavantes, 70	11200-990	Caruara	3268-1300
Fundamental	Rubens Lara, Depu- tado	Rua Lucinda de Matos, 293	11080-130	Morro Nova Cintra	3258-6640

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

Fundamental	Therezinha de Jesus Siqueira Pimentel, Profª	Rua São Roque, s/n	11081-000	Morro São Bento	3258-7699
Fundamental	Vinte e Oito de Fevereiro	Rua Flaminio Levy, 1051	11085-080	Saboó	3296-4606
Fundamental	Waldemar Valle Martins, Padre	Rua 28 de Setembro, 201	11015-110	Macuco	3221-8255
Fundamental	Waldery de Almeida, Prof	R.Tenente Américo Moretti, s/n	11089-190	Bom Retiro	
Infantil/Funda	Ilha Diana	Sítio Diana, Vila Base Aérea	11230-990	Ilha Diana	3268-2103
Infantil/Fundam	José Carlos de Azevedo Jr.	Praça Nicolau Geraigire, s/n	11095-070	São Manoel	3203-2447
Infantil/Fundam	José da Costa e Silva Sobrinho, Dr.	Rua Lúcia Hehl Caiaffa, 375	11095-420	Piratininga	3296-1747
Infantil/Fundam	Monte Cabirão	Rodovia Piaçaguera/Guarujá, Km 33	11220-000	Monte Cabirão	3352-4991
Infantil/Fundam	Oswaldo Justo, Prefeito	Rua Ana Santos, 125	11085-350	Vila Haddad	3299-9009
Infantil/Fundam	Pedro Crescenti, Prof	Av. Brigadeiro Faria Lima, s/n	11088-300	Rádio Clube	3203-5790
Infantil/Funda	Santista, Colégio	Rua 7 de setembro, 34	11013-350	Vila Nova	3228-1818
Infantil	Alcides Lobo Viana, Dr.	Av. Sen. Pinheiro Machado, 606	11075-000	Marapé	3239-4170
Infantil	Andradas, Dos	Rua Alm. Ernesto de Mello Jr., 130	11035-300	Aparecida	3271-6707
Infantil	Anízio Bento	Av. Eng. Manoel Ferramenta Jr, s/n	11086-400	Areia Branca	3299-4255
Infantil	Antônio de Oliveira Passos Sobrinho, Prof	Av. Cons. Rodrigues Alves, 197	11015-201	Macuco	3234-8567
Infantil	Candinha Ribeiro de Mendonça	Rua Manoel Nascimento Junior, 56	11013-550	Jabaquara	3222-9267
Infantil	Cely de Moura Negrini, Profª	Pça. Profº José Oliveira Lopes, 62	11088-190	Rádio Clube	3203-1632
Infantil	Claudia Helena dos Santos Oliveira Correa	Rua Augusto Gomes Pereira, 861	11089-220	Bom Retiro	3219-2312
Infantil	Clóvis Bandeira Brasil, General	Rua Dr. Almir Barros França, 73	11090-020	Bom Retiro	3203-2587
Infantil	Cyro de Athayde Carneiro, Dr.	Rua Paulo Clemente Santini, 36	11080-000	Morro Nova Cintra	3258-6930
Infantil	Derosse José de Oliveira, Dr.	Av. Conselheiro Nébias, 739	11045-003	Boqueirão	3234-4287
Infantil	Elsa Virtuoso	Rua Antonio Maia, 146	11020-310	Macuco	3231-1379
Infantil	Eunice Caldas	Rua São Paulo, 40	11075-330	Vila Mathias	3234-9009
Infantil	Flávio Cipriano Barbosa	Rua Cel. Feliciano Narciso Bicudo, 598	11095-030	São Manoel	3299-8489
Infantil	Francisco Leite, Padre	Av. Moura Ribeiro, 170	11070-030	Marapé	3252-6393
Infantil	Gemma Rebello	Rua Vereador Freitas Guimarães, 13	11013-490	Vila Nova	3222-9464
Infantil	Hilda D'Onófrío Papa	Av. Brigadeiro Faria Lima, 835	11088-300	Rádio Clube	3299-5070
Infantil	Hilda Rabaça	Rua Santa Maria, 9	11085-380	Vila Haddad	3296-4865
Infantil	Iveta Mesquita Nogueira, Profª	Av. Rei Alberto I, 379	11030-381	Ponta da Praia	3261-3668
Infantil	João Ignácio de Souza, Vereador	Av. Hugo Maia, s/n	11088-001	Rádio Clube	3299-4876
Infantil	João Walter Sampaio Smolka	Rua Professor Nelson Spíndola Lobato, s/n	11088-330	Rádio Clube	3203-6662

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

Infantil	José da Costa Barbosa	Rua Gaspar Ricardo, s/n	11070-350	Marapé	3237-6904
Infantil	José de Sá Porto, Profº	Rua Tomoichi Kobuchi, 10	11086-100	Areia Branca	3299-4004
Infantil	Laurival Rodrigues	Av. Prof. Dr. Antônio Manoel de Carvalho, s/n	11080-100	Morro Nova Cintra	3258-7518
Infantil	Leonor Mendes de Barros	Pça. Fernandes Pacheco s/n	11060-410	Gonzaga	3284-1814
Infantil	Luiz Alca de Sant'Anna	Rua dos Portugueses, s/n	11095-350	Piratinga	3219-9031
Infantil	Luiz Carlos Prestes	Pça. Maria Coelho Lopes, s/n	11089-030	Bom Retiro	3203-2710
Infantil	Luiz Lopes, Dr.	Av. Santista, 65	11080-000	Morro Nova Cintra	3258-6116
Infantil	Lydia Federici	Rua Mato Grosso, nº 83	11055-011	Boqueirão	3286-1583
Infantil	Magali Alonso, Profª	Rua São João, s/n	11082-160	Morro São Bento	3233-1327
Infantil	Maria Dolores, Irmã	Pça. Iguatemy Martins, 122/126	11013-310	Vila Nova	3219-3254
Infantil	Maria Helena Roxo, Profª	Pça. Iguatemy Martins s/n	11013-310	Vila Nova	3233-8557
Infantil	Maria Lúcia Prandi	Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 915	11085-970	Vila São Jorge	3219.8765
Infantil	Margareth Buchmann	Av. Pedro Lessa, nº 2880	11025-002	Embaré	3216-1395
Infantil	Maria Luiza Simões Ribeiro, Profª	Rua Pio XII, 40	11085-050	Saboó	3296-5455
Infantil	Maria Patricia	Av. Martins Fontes, 225	11085-000	Saboó	3219-1202
Infantil	Nelson de Toledo Piza, Dr.	Rua Flaminio Levy, s/nº	11085-080	Saboó	3296-3361
Infantil	Noel Gomes Ferreira	Rua Andrade Soares, 187	11200-000	Jardim Caruara	3268-1213
Infantil	Olívia Fernandes	Pça. Coronel Fernando Prestes, s/n	11020-010	Embaré	3238-9550
Infantil	Porchat de Assis, Dr.	Rua Ana Pimentel, 23	11030-050	Ponta da Praia	3261-5583
Infantil	Regina Altman	Rua Três esq. C/ Rua 8	11080-550	Vila Progresso	3258-6521/ 99715- 2870
Infantil	Samuel Augusto Leão de Moura, Dr.	Rua Eng Manoel Ferramenta Jr, 101	11086-400	Areia Branca	3203-2909
Infantil	Sandra Cristina Teixeira da Gama	Av. Francisco De Domenico, s/n	11086-000	Bom Retiro	3291-3535
Infantil	Yara Nascimento Santini	Rua Dr. Fausto Felicio Brusarosco, s/nº	11087-400	Castelo	3203-3008
Ed. Especial	Maria Carmelita Proost Villaça, Profª	Av. Professor Aristóteles Menezes, 11	11035-030	Ponta da Praia	3236-9997
Infantil	Orlando Adegas	Rua 4, S/N	11081-215	Morro Penha	-
Infantil	Terezinha Maria Calçada Bastos	Rua Santa Helena, S/N	11082-430	Morro São Bento	-
Infantil/Funda	Prefeito Paulo Gomes Barbosa	Av. Dr. Waldemar Leão, 184	11013-601	Jabaquara	3228-3728
Infantil/fundamental	Florestan Fernandes II	Rua Benjamin Constant, 50	11040-140	Embaré	

Os materiais deverão ser entregues e instalados nos locais acima discriminados, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

UNIDADE	Responsável pelo recebimento	REGISTRO	ENDEREÇO	Telefone	Horário para entrega
ABRIGO DE EMERGÊNCIA	Míriam Aparecida de Araújo	31.980-6	Rua General Câmara 249 - CEP: 11010-121	(013) 97406-1936	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
ABRIGO DE EMERGÊNCIA II	Míriam Aparecida de Araújo	31.980-6	Av. Pinheiro Machado, 73 - CEP:11075-001	(013) 97406-1936	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CASA DAS ANAS	Erica Ornellas	0	Rua Parana, 219 - Vila Mathias - CEP: 11075-320	(013)3016-9727 (Vidas Recicladas) / (013)3041-1849 (Casa das Anas)	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CASA DIA	Cinthia Lopes da Silva	28.293-9	Rua Evaristo da Veiga, 207 – Campo Grande - CEP:11075-661	(013)223-9586 / (13) 99785-6550	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CASA ÊXODO	Júnior Edson Henrique Alves Junior	0	Rua Conselheiro Saraiva, 15 – Vila Mathias - CEP: 11013-520	(013)3221-8712 / (013) 3223-6700	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM CARUARA	Pablo Antonio Garcia Gonzalez	20.525-2	R. Xavantes, 31 - Caruara - CEP:11200-000	(013)3268-1307 / (013)3268-1178 / (013)99605-0462	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM-A.ÍRIS	Liliam Rose Bueno Correa	28.216-0	R. João Fracarolli, s/n - B. Retiro - CEP: 11089-230	(013)3299-6743	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM-MGAZ	Evelyn Marques Silva Santos	37.935-4	R. Marginal Anchieta, 218 - Alemoa - CEP:11085-395	(013)3203-5258	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM-S. MA-NOEL	Aldo José Ferreira Ferraz	28.743-3	R. Prof. Francisco Meira, 104 - São Manoel - CEP 11.095-060	(013)3291-6267 / (013)99786-7007	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM-S.JOSÉ	Jeferson Dantas Ribeiro	20.097-2	R. Ten. Durval do Amaral, 366 - R. Clube - CEP 11088-290	(013)3299-6993	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECOM-STA. MARIA	Ana Flávia de Mello C.C. Ramos	28.294-7	Rua Oito s/nº - Morro Santa Maria - CEP 11.080-740	(013)3224-1233	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CECONV-ZNO	Rosane Sales do Nascimento Silva	20.566-6	R. Gilberto Franco Silva, 317 - Caneleira - CEP: 11085-590	(013)3299-2912	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CEJUV-M	Regina Lucia Vieira Teixeira	28.146-9	R. Santa Ângela, 156 - CEP: 11082-430	(013)3224-3145	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CEJUV-ZNO	Mônica Alves Agostinho Bertan	28.153-5	Av. Brig. Faria Lima, s/nº - R. Clube - CEP: 11088-300	(013)3291-1845	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CEJUV-ZOI	Maria Cristina Fernandes de Oliveira	22.231-5	Praça Visconde de Ouro Preto, 19 – Estuário - CEP: 11025-190	(013)3203-2903 / (013) 3221-6942	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CENTRO-POP	Margareth Ferreira Sales	28.166-7	Rua Amador Bueno, 446 – Centro - CEP: 11013-152	(013)3219-4449 / (013) 3219-7445 / (013)98159-3735	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

COAFI-SEDS	Tassia Queiroz Prado	30.849-4	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 1º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1481 / 1056	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
CODESO-SEDS	Juliana Vilar da Nóbrega Laffront	32.810-4	Pça Iguatemi Martins, s/n - Rua do Meio - Vila Nova - CEP:11013-310	(013)3221-6900 / (013)3223-9573 / (013)99718-4554/(013) 99794-9255	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
COGESUAS	Rayssa Ramos Barja	36.408-3	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - Térreo - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1488	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
COPROS-AC	Danielle Prudente Duarte Rufino	34.505-8	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1499	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
COPROS-B	Camila Gualberto Matos	30.326-3	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1475	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
COPROS-MC	Marceli Martins de Freitas	26.050-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1476	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
COPROS-POP	Miriam Aparecida de Araújo	37.273-0	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1486	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
DEPROS-B	Samanta Lima Venâncio	30.830-4	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1473	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
DEPROS-E	Rodrigo Salvador Lacchi	37.277-1	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-151	(013)3213-1448	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
GAB-SEDS	Nathália França da Cruz Retz	37.379-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 1º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1499 RA-MAL 1410	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
Lavanderia 8 de Março	Juliana Vilar da Nóbrega Laffront	32.810-4	R. Amador Bueno, 307/309 - Centro - CEP: 11013-153	(013)3221-7717	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
NAI	Cynira Fujihara	32.817-9	Rua Francisco Manoel, 252 – Jabaquara - CEP: 11075-110	(013)3223-2333	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
NIAS CARUARA	Andréia Rodrigues Ferreira	27.056-1	R. Xavantes, 31 - Caruara - CEP:11200-000	(013)3268-1307 / (013)99159-7405 / (013)99203-8098	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
NIAS CEU	Adriana de Almeida Alves	30.240-6	Praça da Paz Universal, s/nº - CEP 11.087-350	(013)3299-1060 / (013)3299-1118	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
REPÚBLICA BEM VIVER	Eliana Soares	30.245-5	Rua João Guerra, 316 - Macuco - CEP:11015-131	(13) 99628-3064 / (13) 3251-9333 / (13)3223-1426	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
REPÚBLICA DE JOVENS	Eliana Soares	30.245-5	Av. Sen. Dantas, 290 – Macuco - CEP: 11.015-210	(13) 99628-3064 / (13) 3251-9333 / (13) 3231-0635	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

REPÚBLICA VI-TÓRIA / RE-NASCER	Eliana Soares	30.245-5	Rua Prudente de Moraes, 46/50 – Vila Matias - CEP:11075-250	(13) 99628-3064 / (13) 3251-9333 / (13) 3223-2160 / (13) 3223-2148	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
RESIDÊNCIA INCLUSIVA "30 de Julho"	Michele / Verônica Os-hiro(Coordenadora)	0	Av. Sen. Pinheiro Machado, 125 - Marapé - CEP:11075-001	(013)3223-9664 - (Residência Inclusiva) (013) 97405-1536(Ve-rônica)	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SAAF-DEPROSB	Fernanda Bizerra dos Santos	26.080-2	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1470	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SAAF-DEPROSE	Mácio José Oliveira dos Santos	28.148-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1499	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SAAF-EXP	Cláudio Ricardo Sabino	16.391-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - Térreo - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1485	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SAAF-SEDS	0	0	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 1º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1484	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEABRIGO-AIF	Rosana Salvador Dias	32.883-1	Rua Manoel Tourinho, 352 - Macuco - CEP: 11015-030	(013)3221-8711	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEACOLHE-AIF	Esmael Bonifácio da Silva	32.879-9	Rua Bittencourt, 309/311 – Vila Nova - CEP:11013-300	(013)3221-8407 / 3221-3127	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEACOLHE-CA	Larissa Oliveira Gonçalves de Araújo Figueiredo	33.285-8	Rua Julio de Mesquita, 74/78 – Vila Matias - CEP:11075-220	(013)3221-3260 / (013) 3222-8010	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEACOLHE-CA II	Danielle Prudente Duarte Rufino	34.505-8	Rua João Fracarolli, 508/511 - Bom Retiro - CEP:11089-230	(13) 98125-7074 (Danielle); (13) 99155-9026 (Rodrigo)	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEACON-SEDS	Luciana Ferreira de Oliva Silva	19.929-9	Rua XV de Novembro, 183 - Centro - CEP:11010-150	(013)3261-5508 / 3261-5129	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEALM-SEDS	Edgar Ruiz de Almeida	35.334-2	R. da Constituição, 158 - Paqueta - CEP: 11.015-470- Santos/SP	(013)3223-1042	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEAPRO-MVV	Daniela Costa Magalhães	29.009-8	TELEFONE: (13) 98172-3300	(013) 98172-3300	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEAPROS	Cristina Marinho	15.620-8	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1477	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEAPROS-E	0	0	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 3º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1499	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

SEARCOS	Estela Maria Fortes	22.224-0	Pça Iguatemi Martins, s/n - Rua do Meio - Vila Nova - CEP:11013-310	(013)3223-9513	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEAREDES	Márcia Cristina José Rebelo	35.455-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - Térreo - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1480	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEATAC	Tainara Garrido Padula	35.415-9	R. Quinze de Novembro, 183 - Centro - CEP:11010-150	(013)3261-5508	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECAFUR	Fernanda Magalhães Faria	29.878-6	Rua 7 de Setembro, 45 - Vila Matias - Santos/SP - CEP:11013-350	(013)3221-1986	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECOBAS	Maria de Lourdes Muniz Pupo	35.424-1	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - Térreo - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1488	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECOF-SEDS	Samantha Duran Nogueira	34.547-0	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 2º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1479	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECONV-SEDS		0 0	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 2º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1489	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECOOPER	Luciana Helena Firmino	27.040-5	Pça Iguatemi Martins, s/n - Rua do Meio - Vila Nova - CEP:11013-310	(013)3223-9513	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS SÃO MANOEL	Camila Inácio Cardoso da Mota	30.046-7	R.Cel. Feliciano Narciso Bicudo, 655 - Jd. São Manoel - CEP 11.095-030	(013)9763-6168 / (013)3299-1010	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-A	Aline Fernanda Rodrigues dos Santos	32.996-1	R. Marginal Anchieta, 218 - Alemoa - CEP:11085-395	(013)3203-1909 / (013)3203-5258 / (013)3299-3777	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-BR	Adriana de Almeida Alves	30.240-6	Av. Nossa Senhora de Fátima, 517 - Chico de Paula - CEP 11.085-203	(013)3203-2116 / (013)3291-6279 / (013)3221-6921	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-NC	Carolina Linhares Nagao	35.628-7	Av. Santista, 655 - Nova Cintra - CEP 11.080-000	(013)3258-7348 / (013)3258-8222	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-RC (NOVO)	Aline Eugênci Calacio	30.325-5	R. Tenente Durval do Amaral, 366 - CEP:11390-300	(013)3299-5331 / (013)3203-8155 / (013)3291-2655	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-RC	Aline Eugênci Calacio	30.325-5	Brig. Faria Lima s/n - Radio Clube - 11.088-300	(013)3299-5331 / (013)3203-8155 / (013)3291-2655	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-RCH/AC	Aline da Silva Honório Alves	31.198-5	Rua 7 de Setembro, 45 / 47 - Vila Matias - Santos/SP - CEP 11.013-350	(013)3221-7296 / (013)3223-5473 / (013)3225-8085 / (013)3237-1797 - Cel: (013)99635-2953	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

SECRAS-SB	Luciane Ribeiro de Oliveira Gonsalves	33.192-6	R. Santa Ângela, 156 - Altos - CEP: 11082-710	(013)3222-8098 / (013)3232-3479 - Cel: (013)99605-0462	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS-ZOI	Josilena Luiza Anunciação Pereira	30.573-0	Praça Visconde de Ouro Preto, 19 – Estuário - CEP:11025-190	(013)3203-2903 / (013)3221-6942	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECREAS ZL	Kelly Roberta Ferracini	36.362-2	Avenida Conselheiro Nébias, 452 – Santos/SP - CEP:11045-000	(013)3221-8525 / (013)3223-3406 / (013)3251-9320	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECREAS ZNO	Marina Carvalho Perez Pena	0	Rua Cananeia, 269 – Chico de Paula - CEP: 11085-180	(013)3216-1213 / (013)3216-1162/(013)3219-5183 (Alarme)	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEEC-SEDS	Cintia Campos Lopes	37.201-1	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - 2º andar - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1479	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEFAMAC/ APADRINHAMENTO AFETIVO	Ivanir Cocchi	27.189-0	Av. Dino Bueno, 16 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11.030-350	(013)3251-9333 - Cel: (013)99144-9146	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEMAP-SEDS	Carlos da Silva Aquino	35.681-6	Rua General Câmara, 245 – Centro - CEP:11010-123	(013)3221-8713	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SENUTRI-SEDS	Luciana Jandira dos Santos	33.385-6	Rua Sete de Setembro, 45/47 - Vila Nova - CEP:11013-350	(013)3223-4345 /98100-7508	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEPTRANS	Gabriel Gonçalves Lima	33.472-2	Rua Júlio Conceição, 02 - Vila Matias - CEP: 11015-540	(013)3221-1938 / (013)99758-7326	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SEREP	Eliana Soares	30.245-5	Av. Dino Bueno, 16 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11.030-351.	(13)3251-9333 - (13)3225-3986 - (13)3223-6246 - (11) 97211-9981	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SESP PSR	Margareth Ferreira Sales	28.166-7	Rua Amador Bueno, 446 – Centro - CEP: 11013-152	(013)3219-4449 / (013)3219-7445 / (013)98159-3735	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SESP-CA	Leticia Branquinho Dorigan	32.848-4	Avenida Conselheiro Nébias, 452 – Santos/SP - CEP:11045-000	(013)3221-8525 / (013)3223-3406 / (013)3251-9320	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SESP-I		0	Avenida Conselheiro Nébias, 452 – Santos/SP - CEP:11045-000	(013)3216-1213	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SESP-MF	Priscila Vicente	31.841-5	Avenida Conselheiro Nébias, 452 – Santos/SP - CEP:11045-000	(013)3221-8525 / (013)3223-3406 / (013)3251-9320	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SESP-MSE	Lúcia Silva de Almeida	31.309-8	Avenida Conselheiro Nébias, 452 – Santos/SP - CEP:11045-000	(013)3221-8525 / (013)3223-3406 / (013)3251-9320	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

SRH-SEDS	Thiago Ribeiro Rodrigues	35.318-5	R. Quinze de Novembro, 176 / 178 - Térreo - Centro - CEP: 11010-151	(013)3213-1490	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
TSVST	Rosane Sales do Nascimento Silva	20.566-6	Rua Evaristo da Veiga, 207 – Campo Grande - CEP:11075-661	(013)3223-9586	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
VILA CRIATIVA DA BELEZA MERCADO	Aguinaldo Higino Santana Filho	15.668-7	Pça Iguatemi Martins, s/n - Rua do Meio - Vila Nova - CEP:11013-310	(013)3221-8654	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
VILA CRIATIVA DA BELEZA MORROS	Aguinaldo Higino Santana Filho / Luana Cajé	15.668-7	Rua Santo Antonio do Valongo, 546 - altos - Morro do São Bento - Santos/SP	(013)97420-2952(Luana)	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs
SECRAS - RC (NOVA SEDE)	ALINE EUGÊNIA CALACIO	30.325-5	R. Ten. Durval do Amaral, 366 - R. Clube - CEP 11088-290	(013)3299-6993	Das 9hs as 11:30hs e das 13:30 às 16hs

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO IX

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____ (consoiciada) _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº _____, representada neste ato por seu _____, Sr. _____ e _____ (consoiciada) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado _____, representada na presente oportunidade por seu _____, Sr. _____, ajustam e convencionam pelo presente a constituição de CONSÓRCIO para fins adiante, que será pelos mesmos cumprido, bem assim por seus sucessores a qualquer título, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a constituição de CONSÓRCIO entre as partes signatárias, em cumprimento ao compromisso apresentado no Pregão Eletrônico nº 18018/2024, que objetiva o fornecimento com instalação, de toldos em policarbonato alveolar, toldo cortina tipo rolo e calhas em alumínio, a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS, sendo que, para o cumprimento das obrigações decorrentes do firmamento da ata originária de tal procedimento licitatório, as partes comprometeram-se a emprestar recíproca colaboração profissional e técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA- NATUREZA JURÍDICA: O consórcio ora formalizado não se constitui nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta de seus membros.

CLÁUSULA TERCEIRA: DENOMINAÇÃO: Apenas para o fim exclusivo de relacionamento com o Município da avença antes declinada, convencionam-se chamar-se as empresas subscreventes como CONSÓRCIO _____ / _____, de modo a facilitar o tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – ENDEREÇO: O CONSÓRCIO tem como endereço a Rua: _____, na cidade de _____, Estado _____, sede da Empresa _____ nome da empresa líder _____.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE DURAÇÃO: O presente instrumento vigorará pelo tempo necessário à execução da totalidade do objeto da Ata na Cláusula Primeira, sendo sua duração de (.....) meses, ou até a conclusão do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA: Fica instituída como líder do consórcio a empresa _____, a qual são conferidos amplos poderes de representação, inclusive para

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

receber pagamentos relativos à Ata citada na Cláusula Primeira, assinar recibos, dar quitação, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA: PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DA ATA:

I- Convencionou-se que, para a execução do Objeto da Ata mencionado na cláusula Primeira, a cada uma das consorciadas, sob a coordenação da empresa líder, competirá:

A) à _____ (nome da consorciada), executar:

a.1) _____

a.2) _____

B) à _____ (nome da consorciada), executar:

b.1.) _____

b.2.) _____

(...)

CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DA RENUMERAÇÃO:

I) Considerando o valor total da Ata a que se alude na Cláusula Primeira, cada uma das consorciadas fará jus aos seguintes percentuais de participação na renumeração a ser paga ao Município:

a) empresa _____, ____% (.....)

b) empresa _____, ____% (.....)

(...)

CLÁUSULA NONA – DESPESAS - Cada empresa consorciada será responsável pelas despesas necessárias à consecução de sua cota parte na execução do objeto da atendida Ata, inclusive no que diz respeito a tributo e outros custos incidentes sobre a parcela da renumeração.

CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES-

I) As empresas consorciadas comprometem-se entre si a responder individualmente pelas que

LICITA V – DELIS



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

cada qual assumiu , no entanto, todas as consorciadas comprometem-se perante a _____(nome da licitadora)_____, ao cumprimento da totalidade do objeto da ata referida na Cláusula Primeira, pelo que serão solidariamente responsáveis por qualquer inadimplemento e irregularidades do indigitado ajuste, seja de que natureza for.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO – Eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DO FORO: É competente o foro da Comarca de Santos, estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para a dirimência de eventuais divergências entre as partes, resultante deste instrumento que não possam ser solucionadas de comum acordo entre os representantes das consorciadas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente pacto, em ____ (___) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para a _____(nome da licitadora) _____, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Santos, _____ de _____ de 2024

_____ (consorciada)_____

_____ (consorciada)_____

Testemunhas:

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Santos

Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

ANEXO IX TERMO DE COMPROMISSO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação no Pregão Eletrônico nº 18018/2024, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a Licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

Indico _____ (Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa _____, será a líder do consórcio;

Confiro ao líder amplos poderes para representar os consorciados na Licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

O prazo de duração do consórcio, será de _____ (_____) meses ou até o cumprimento de todas as obrigações da Ata;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total da ata, em todos os seus termos.

_____, _____ de _____ de 2024

(Nome da empresa e de seu representante legal)

(Nome da empresa e de seu representante legal)

LICITA V – DELIS